



Universidade de Brasília – UnB
Universidade Aberta do Brasil - UAB
Faculdade de Educação - FE
Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação
II Curso de Especialização em Educação na Diversidade e Cidadania com
ênfase na Educação de Jovens e Adultos / 2013-2014

PAULO SANTOS PEREIRA

O CONFLITO GERACIONAL NA APRENDIZAGEM EM SALA DE AULA

BRASÍLIA, DF
Abril/2014

Universidade Aberta do Brasil - UAB
Faculdade de Educação - FE
Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação
II Curso de Especialização em Educação na Diversidade e Cidadania com
ênfase na Educação de Jovens e Adultos / 2013-2014

O CONFLITO GERACIONAL NA APRENDIZAGEM EM SALA DE AULA

PAULO SANTOS PEREIRA

PROJETO DE INTERVENÇÃO

BRASÍLIA, DF Abril/2014
Universidade de Brasília – UnB

Universidade Aberta do Brasil - UAB
Faculdade de Educação - FE
Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação
II Curso de Especialização em Educação na Diversidade e Cidadania com
ênfase na Educação de Jovens e Adultos / 2013-2014

PAULO SANTOS PEREIRA

O CONFLITO GERACIONAL NA APRENDIZAGEM EM SALA DE AULA

Trabalho de conclusão do II Curso de Especialização em Educação na Diversidade e Cidadania, com Ênfase em EJA /2013-2014, como parte dos requisitos necessários para obtenção do grau de Especialista na Educação de Jovens e Adultos.

Tiago Manggini
Professor Orientador

Carla Andréia S. dos Santos
Tutora Orientadora

Carlos José Pinheiro Teixeira
Avaliador Externo

BRASÍLIA, DF Abril/2014

RESUMO

Este Projeto visa abordar no contexto da sala de aula na Educação de Jovens e Adultos, conflitos oriundos de relações entre pessoas com idades de diferentes faixas etárias. O conflito de gerações, também conhecido como conflito intergeracional, tem preocupado muitos estudiosos da área de educação, uma vez que, a aplicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB – Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996), que institui a certificação em 15 anos (Ensino Fundamental) e 18 anos (Ensino Médio), tem resultado na juvenilização da EJA. Entretanto, não podemos ver esse processo como um problema em si, mas uma consequência da exclusão dos milhares de jovens da modalidade “toda” como regular. Para contribuir com a amenização desses conflitos intergeracionais na EJA, propomos um Projeto de Intervenção Local com a utilização do Laboratório de Informática, em que estudantes de diferentes faixas etárias compartilharão o mesmo computador, objetivando respeito mútuo, solidariedade e troca de experiências.

PALAVRAS-CHAVES: Educação de Jovens e Adultos, conflito geracional, juvenilização da EJA, Laboratório de Informática, exclusão social, ideologia.

ABSTRACT

This project seeks to address in the context of the classroom on adult and youth education, conflicts arising from relationships between people with ages from different age groups. The generation gap, also known as intergenerational conflict, has concerned many scholars in the area of education, since, law enforcement of Guidelines and Bases of education (LDB-Law n° 9394, December 20, 1996), establishing the certification in 15 years (elementary school) and 18 barrels (high school), has resulted in the juvenilização of the EJA. However, we cannot view this process as a problem in itself, but a consequence of the deletion of thousands of young people from youth of the modality "taken" as a regular. To contribute to the easing of intergenerational conflict in the EJA, propose an intervention project site with the use of the computer lab, where students of different age groups will share the same computer, aiming at mutual respect, solidarity and t. ..

KEYWORDS: Youth and Adults, generational conflict, juvenization EJA, Computer Laboratory, social exclusion, education ideology.

LISTA DE SIGLAS

Centro de Ensino Fundamental **(CEF)**

Coordenação Regional de Ensino **(CRE)**

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais **(IBMA)**

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística **(IBGE)**

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária **(INCRA)**

Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais **(INPE)**

SUMÁRIO

1- Dados de Identificação do Proponente.....	8
2- Dados de Identificação.....	8
2.1- título.....	8
2.2- área de abrangência.....	8
2.3- instituições: nome-endereço.....	8
2.4- público ao qual se destina.....	8
2.5- período de execução.....	8
3- Ambiente Institucional.....	9
4- Justificativa-Characterização do Problema- Marco Teórico do Problema....	13
5- Objetivos.....	23
5.1- objetivo geral.....	23
5.2- objetivos específicos.....	23
6- Atividades- Responsabilidades.....	24
7- Cronograma.....	25
8- Parceiros.....	25
9- Orçamento.....	25
10- Acompanhamento e Avaliação.....	26
11- Referências Bibliográficas.....	27

1- DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO(S) PROPONENTE(S):

NOME(S): Paulo Santos Pereira

GRUPO: Individual

INFORMAÇÕES PARA CONTATO:

Telefone(s): (61) 8184-3974 - (61) 9291-5452

E-mail: psantosluta@gmail.com

2- DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO:

2.1 - Título:

O CONFLITO GERACIONAL NA APRENDIZAGEM EM SALA DE AULA

2.2 - ÁREA DE ABRANGÊNCIA: Local

2.3 - INSTITUIÇÕES: NOME/ ENDEREÇO

Centro de Ensino Fundamental 206 do Recanto das Emas
Quadra 206, Conj. 02, Lote 02 -Área Especial - Recanto das Emas - Distrito
Federal
CEP. 72610-600

INSTÂNCIA INSTITUCIONAL DE DECISÃO: Escola

2.4 - PÚBLICO AO QUAL DESTINA:

Docentes, estudantes do 2º seguimento da EJA e Gestores do CEF 206 do Recanto das Emas.

2.5 - PERÍODO DE EXECUÇÃO:

Início (mês/ano) Término: 14 de julho à 22 de dezembro

3- AMBIENTE INSTITUCIONAL:

Projeto Político Pedagógico - CEF 206

“Estudar, crescer, fazer e ser feliz” - Brasília - DF 2013

“A Escola é...

...O lugar onde só de prédios, quadros, programas, horários, conceitos...

Escola é, sobretudo gente, gente que trabalha, gente que estuda, se alegra, se conhece, se estima.

O diretor é gente, o professor é gente, o aluno é gente, cada funcionário é gente.

E a Escola será cada vez melhor, na medida em que cada ser se comporta como colega, como amigo, como irmão.

Nada de ‘ilha’ cercada de gente por todos os lados.

Nada de conviver com pessoas e depois, descobrir que não tem amizade a ninguém.

Nada de ser tijolo que forma a parede indiferente, frio, só.

Importante na Escola não é só estudar, é também criar laços de amizade, é conviver, é se amarrar nela

Ora, é lógico.

Numa escola assim vai ser fácil estudar, crescer, fazer, ser feliz.”

Paulo Freire

O Projeto Político Pedagógico que se segue apresenta o Centro de Ensino Fundamental 206 em sua totalidade, estrutura física e estrutura pedagógica, e reúne os objetivos que pretendemos alcançar durante o ano de 2014 para garantir uma educação de qualidade através de planos de ação, envolvendo os alunos, os professores, a família e a comunidade no processo de ensino-aprendizagem. Os planos de ação serão centrados em princípios e valores de respeito à pessoa humana, contribuindo para um desenvolvimento que personalize uma atividade educativa verdadeiramente democrática, condizente com seu tempo, verdadeira em condução, consistente em seus métodos, persistente em sua busca e, portanto, geradora das condições que animam a constituição e a expressão do ser de cada um de nós.

O conjunto de atividades desenvolvidas pela escola é obra coletiva da equipe pedagógica e é através dele que pretendemos viabilizar as condições de apropriação e construção do saber e de aquisição dos instrumentos de acesso a este saber; para que a criança e o adolescente, gradativamente, os insiram em seu domínio.

No ano letivo de 2013 a escola vivenciou mudanças na Organização do Trabalho Pedagógico em função da implantação da política de ciclo proposta pela Secretaria Estado de Educação do Distrito Federal por meio do “Currículo em Movimento”. Como o Centro de Ensino Fundamental 206 possui três turnos com etapa-modalidade diferenciadas do ensino fundamental, ou seja, no matutino temos anos finais, no vespertino anos iniciais e noturno a Educação de Jovens e Adultos, optamos pela ampliação do ciclo de aprendizagem que corresponde o Bloco Inicial de Alfabetização e II Bloco aos anos iniciais do ensino fundamental.

De acordo com a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal o Ciclo de aprendizagem está organizado em dois blocos: o 1º bloco constituído pelo atual Bloco Inicial de Alfabetização e o 2º bloco pelos atuais 4º e 5º anos. A perspectiva é de que no ano de 2014 a escola também irá aderir ao 3º ciclo. Estas decisões foram tomadas em reuniões coletivas registradas em ata.

Assim com as discussões e estudos acerca dos Ciclos de Aprendizagem e sobre a nova proposta curricular, os objetivos, os planos de ações, os projetos ou estratégias pedagógicas poderão ser melhorados, replanejados, excluídos ou acrescentados, de acordo com as análises reflexivas e estudos que a equipe da escola for adquirido por meio da formação continuada realizada na escola ou fora dela, coordenados pela Secretaria de Estado de Educação de Distrito Federal (SEEDF) Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais de Educação (EAPE), Coordenação Regional de Ensino do Recanto das Emas (CREREMAS) de ações específicas da coordenação pedagógica na unidade de ensino. Uma vez que um planejamento não é uma ação rígida, há necessidade de mudanças, de acordo com o movimento que a

escola, que a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, ou seja, que a educação vive em cada momento.

IDENTIFICAÇÃO DA ESCOLA

História do CEF 206

A aprovação da criação do CEF 206 foi concretizada de acordo com a resolução nº 6152 de 14 de novembro de 1997. O CEF 206 situa-se na quadra 206, conjunto 02, lote 02, do Recanto das Emas, sendo inaugurado em abril de 1998. Sua primeira diretora foi a professora Olinda Teixeira Borges.

Foi a quinta escola construída no Recanto das Emas, junto com outras três escolas inauguradas mesmo ano. A escola absorveu as séries de 1a à 4a séries, advindas do anexo do CEF104, totalizando trinta turmas com 1200 alunos.

A diversidade de clientela com diferentes faixas etárias torna o trabalho da direção e professores mais árduo, pois a cada ação da escola muda-se a estratégia para atender as diferentes realidades dos alunos dos anos iniciais e finais e da EJA.

Identificação da Coordenação Regional de Ensino:

Coordenação Regional de Ensino do Recanto das Emas;

Endereço: QD. 306, Área Especial - Avenida Monjolo, CEP. 72.621-310

Telefone: 3901-2372

Coordenadora: Edileuza Fernandes da Silva

Identificação do CEF 206:

Nome da Escola: Centro de Ensino Fundamental 206

Endereço: quadra 206, conjunto 02, Lote 02

Telefone-fax-email: 3901-3657 - 3901-3658 - eremas@gmail.com

Diretora: Maria Ignez Ventura

Vice-diretora: Claudia de Oliveira Castro

Data de criação da escola: abril de 1998

Turnos de funcionamento: matutino - vespertino - noturno

Nível de Ensino Ofertado: Educação Básica e Educação de Jovens e Adultos (EJA)

- Etapas, Fases e Modalidades de Ensino-Programas e Projetos Específicos da Educação Básica proposta pela Escola:
- Ensino Fundamental - anos iniciais;
- Ensino Fundamental - séries-anos finais;
- Educação de Jovens e Adultos - 1º segmento e 2º segmento.
- Horários e funcionamento da etapas-modalidades de ensino:
- Ensino Fundamental - séries finais: 07:15 às 12:30 horas;
- Ensino Fundamental - séries iniciais: 13:00 às 18:00 horas
- Educação de Jovens e Adultos (EJA): 19:00 às 23:00 horas

Estrutura Física da Escola:

A escola é constituída de:17 salas de aula;1 sala de coordenação pedagógica;1 sala de professores;1 cozinha;1 cantina;1 depósito de gênero alimentícios;1 biblioteca; 1 depósito de material pedagógico; 1 depósito para os servidores; 2 banheiros masculino para alunos; dois banheiros feminino para alunos; 1 banheiro masculino para professores; 1 banheiro feminino para professores; 1 banheiro para servidores; 1 sala para recepção; 1 sala para direção; 1 sala para Xerox; 1 sala administrativa; 1 sala para secretaria; 1 sala de Recursos; 1 sala para dentista; 1 sala para aula de reforço; 1 depósito para material de Educação Física; 1 laboratório de informática; 1 quadra de esporte coberta; 1 estacionamento de carros para professores e funcionários; 1 pátio com uma arena para apresentações; 1 pátio de entrada.

4- Justificativa / caracterização do problema / marco teórico do problema:

O Projeto de Intervenção Local propõe, inicialmente, uma reflexão na tentativa da solução de um conflito comum às turmas da EJA do 2º segmento observadas nos diferentes espaços que atuei durante minha vivência enquanto professor regente que é o conflito geracional nas salas de aula.

Muitos jovens, por não se “adequar” ao sistema educacional da seriação regular do 6º ao 9º ano, são transferidos para as turmas da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no turno noturno, sendo necessário conviver com estudantes de outras gerações. Esse convívio, que nem sempre é pacífico, e que de forma recorrente resulta em conflitos, prejudica de alguma maneira a aprendizagem em sala de aula.

Preocupado com essa situação que no decorrer da minha prática profissional presenciei, constatei que diversas vezes, estudantes de mais idades se sentiam muito incomodados com a postura de alguns estudantes mais novos que no entendimento geral das turmas, atrapalhavam a aula. Tais posturas, que em muitos casos, eram consideradas pelos estudantes de mais idades inadequadas, se expressavam da seguinte forma: conversas excessivas; batuques na carteira; risadas em alto tom; e por vezes discussões entre os estudantes mais novos e os de mais idades.

Neste sentido, julgamos importante realizar uma análise sucinta de alguns períodos da Educação com foco na Educação de Jovens e Adultos, baseada em alguns pesquisadores que contribuíram para o aprofundamento e desenvolvimento do tema em questão. A respeito da inter-relação entre Estado, escola e sociedade, entendemos que os sujeitos envolvidos neste contexto, não estão desvinculados dessa situação, pelo contrário, são sujeitos que trazem em suas histórias de vida, experiências acumuladas de uma sociedade excludente, opressora e desigual, que, aliás, se produz e reproduz com todas as suas vicissitudes conflituosas sob a lógica do capital.

O Estado, a escola e a sociedade, são instâncias institucionais as quais voltadas especificamente na representação social de seus papeis, porém,

imbricadas, que, por conseguinte, impõem uma inter-relação conflituosa entre os indivíduos em que ações, ideologicamente traçadas pelo Estado buscam reduzir esses conflitos com a intenção de manter o funcionamento do sistema.

A escola, enquanto instituição que tem por objetivo o ensino e aprendizagem contribui, também, para a alienação social através da ideologia que mantém a classe “subalterna”, obediente e subserviente ao processo de produção capitalista. Este fato ocorre em virtude de a escola reproduzir as cartilhas do sistema que mantém os mecanismos de opressão e exclusão social.

O Estado, mantenedor da escola pública e fiscal da escola privada, exerce o papel idealizador de políticas públicas, a partir de diversas leis como exemplo o Artigo 205 da Constituição Federal. Por um lado, para alcançar índices quantitativos de escolarizados e por outro para suprir a demanda de mão-de-obra “preparada” para o mercado de trabalho, sem se ater, de fato, com a qualidade deste preparo.

A Sociedade, que é dividida em classes, embora, engendre alguns conflitos de interesses internos, no âmbito de que, cada uma delas busque conquistar maior prestígio econômico, acabam por assentar seus anseios nas políticas de Estado que vez por outra utiliza-se de mecanismos para controlar as tensões entre as mesmas, reforçando as efêmeras possibilidades de mobilidade sócio-econômica para as classes subalternas.

Neste contexto, o Estado é o principal responsável por manter a escola pública como subserviente do processo de reprodução do capital, uma vez que, ao influenciar no desequilíbrio das relações tencionadas no aspecto educacional entre as classes, atende, concretamente, seus interesses imediatos, amenizando, por assim dizer e temporariamente, o descontentamento, principalmente, das classes oprimidas.

Em suma, “a política educacional estatal procurará alcançar a hegemonia, sempre na defesa dos interesses da classe dominante. Por isso, seu domínio não se pode dar pela violência (seria o caso da ditadura), mas

precisa criar as condições para que os indivíduos das classes subalternas façam suas opções de forma aparentemente livre”. (FREITAG,1986, p. 42).

Ainda na busca de entendimento dos aspectos gerais da educação oficial, se faz relevante algumas reflexões, do ponto de vista histórico. Educação de Jovens e Adultos nos vários momentos históricos de nossa sociedade, “sempre compreendeu um conjunto muito diverso de processos e práticas formais e informais relacionadas à aquisição ou ampliação de conhecimentos básicos” (HADDAD,2000, p. 108).

De acordo com HADDAD (2000), essas possibilidades sócio-educacionais não se restringem, para a sua aquisição, somente no ambiente escolar, mas se realiza também na família, nos locais de trabalho, no lazer e até mesmo nos ambientes religiosos. Ou seja, a aprendizagem se sistematiza para o indivíduo em caráter geral.

A investida na Educação de Jovens e Adultos no território brasileiro, remonta ao período colonial em que os religiosos praticavam sua ação pedagógica missionária prioritariamente com os adultos. Com a difusão do evangelho, outras normas também eram transmitidas, como: comportamento e noções de ofícios pertinentes ao funcionamento da economia colonial, porém no primeiro momento destinado aos indígenas e posteriormente aos escravos negros. Num período mais adiante, instituíram escolas de humanidades que atenderiam aos colonizadores e a seus filhos.

Todavia, no período imperial pouco se fez em relação a instituir uma educação sistematizada, embora no aspecto legal a primeira Constituição Brasileira, de 1824, firmou a garantia de uma “instrução primária e gratuita para todos os cidadãos”, inclusive para os adultos. É bom lembrar que o “conceito” de cidadão para a época se restringia a elite econômica, também responsável por administrar a educação primária como direito, pois ficavam excluídos desse direito os indígenas, os negros e boa parcela das mulheres.

Nesta perspectiva, entende-se que no período imperial, o proclamado ficou distante do institucionalizado, já que “em 1890 com o sistema de ensino

atendendo apenas 250 mil crianças, em uma população total estimada em 14 milhões. Ao final do Império, 82% da população com idade superior a cinco anos era analfabeta. Desta forma, as preocupações liberais expressas na legislação desse período acabaram por não se consubstanciar, condicionadas que estavam pela estrutura vigente” (HADDAD,2000 p. 109).

Por outra via, é importante refletir que o referido período é pautado pela posse da propriedade que é, então, a moeda de troca e que “determina as limitações de aplicação das doutrinas liberais: e são os interesses radicados na propriedade dos meios de produção colonial” (HADDAD, 2000, in BEISIEGEL, 1974, p. 43).

A Revolução de 1930, marcou, sobremaneira, o papel do Estado, em relação a sua reformulação. “Enquanto no período anterior, com a Constituição de 1824, se tinha um Estado de Direito que se destina a garantias individuais e dos direitos subjetivos, passa-se a ter na Constituição de 1934 um Estado aberto para a problemática econômica, de um lado, e para a problemática educacional e cultural, de outro” (FERRAZ, etal, 1984, p. 651. In HADDAD,2000). Entretanto, no âmbito educacional a nova Constituição sugere um Plano Nacional de Educação onde o Governo Federal é o fiscalizador e impõe competências nas esferas da União, estados e municípios em termos educacionais. A Constituição de 1934, também instituiu uma receita para o desenvolvimento e manutenção do ensino.

No final da década de 1940 que a educação de adultos viria a se protagonizar como um problema de política nacional. Sobretudo, a institucionalização dessa medida já vinha sendo instalada no período anterior. Porém, “o Plano Nacional de Educação de responsabilidade da União previsto pela Constituição de 1934, deveria incluir entre suas normas o ensino primário integral gratuito e de frequência obrigatória. Esse ensino deveria ser extensivo aos adultos. Pela primeira vez a Educação de Jovens e Adultos era reconhecida e recebia um tratamento particular” (HADDAD, 2000, p. 110).

Todavia, o aumento, cada vez maior, de pessoas ao acesso a escolarização ofertada pelo Estado, servia como dispositivo de acomodação de tensões que aumentava entre as classes sociais nos meios urbanos.

Neste contexto, percebe-se que o Estado sob o viés “democrático” usa a Escola como Aparelho Ideológico de Estado, como diz FREITAG, para buscar equilibrar as relações tensionadas entre as classes sociais.

O período de 1959 à 1964 é considerado um período de luzes para a Educação de Adultos, pois, muitos educadores além de estar preocupados com a redefinição das características específicas e busca de um espaço próprio para a modalidade da EJA, no contexto do II Congresso Nacional de Educação de Adultos no Rio de Janeiro, também, percebia-se que a prática pedagógica dos educadores de adultos , errava quando reproduzia a mesma prática da educação infantil. “Até então, o adulto não-escolarizado era percebido como um ser imaturo e ignorante, que deveria ser atualizado com os mesmos conteúdos formais da escola primária, percepção esta que reforçava o preconceito contra o analfabeto” (HADDAD, 2000 in PAIVA, 1973, p. 209).

O período do regime militar após o golpe de 1964, representou total ruptura com os projetos educacionais que estavam em desenvolvimento, e nesse bojo as políticas públicas voltadas para a educação de adultos que também foram alvo da repressão instalada no país. Os dirigentes envolvidos em programas educacionais cujas metodologias possuísem algum viés político era preso, os direitos cassados e até mesmo expulsos do país.

O período em questão que se expressava pela repressão ditatorial e autoritarismo, contribuiu, sobremaneira, para o retrocesso e a estagnação nos pensamentos educacionais, políticos e sociais. Por tudo isso, o Estado sob o regime do Governo autoritário, “exercia sua função de coerção, com fins de garantir a ‘normatização’, das relações sociais. Sob a denominação de ‘educação popular’, entretanto, diversas práticas educativas de reconstituição e reafirmação dos interesses populares inspiradas pelo mesmo ideário das experiências anteriores persistiram sendo desenvolvidas de modo disperso e quase que clandestino no âmbito da sociedade civil. Algumas delas tiveram

previsível vida curta; outras subsistiram durante o período autoritário” (HADDAD, 2000, p. 113).

Com o “compromisso” de tornar externo níveis aceitáveis de alfabetização, manter o grau de normalização das relações sociais e dar continuidade ao processo de reprodução nas relações capitalistas, o Estado, sob regime autoritário, tinha que propor algum programa educacional que representasse a possibilidade de diminuição do analfabetismo.

É neste contexto, então, que é fundado o MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização – em 1967, e, “posteriormente, com a implantação do Ensino Supletivo, em 1971, quando da promulgação da Lei Federal 5.692, que reformulou as diretrizes de ensino de primeiro e segundo graus” (HADDAD, 2000, p. 115).

O MOBRAL na sua representação social junto a sociedade, exercia o papel, por um lado, de ministrar subjetivamente o ideário do regime para as classes populares e por outro, buscar informações sobre o que ocorria nos municípios do interior do país e nas áreas excluídas das grandes cidades.

“O Movimento Brasileiro de Alfabetização foi criado pela Lei 5.379, de 15 de dezembro de 1967, como Fundação MOBRAL, fruto do trabalho realizado por um grupo interministerial, que buscou uma alternativa ao trabalho da Cruzada ABC, programa de maior extensão apoiado pelo Estado, em função das críticas que vinha recebendo” (HADDAD, 2000, p. 115)

“Uma parcela significativa do projeto educacional do regime militar foi consolidada juridicamente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de número 5.692, de 11 de agosto de 1971. foi no capítulo IV dessa LDB que o Ensino Supletivo foi regulamentado, mas seus fundamentos e características são mais bem desenvolvidos e explicitados em dois outros documentos: o Parecer do Conselho Federal de Educação nº 699, publicado em 28 de julho de 1972, de autoria de Valnir Chagas, que tratou especificamente do Ensino Supletivo; e o documento ‘Política para o Ensino Supletivo’, produzido por um grupo de trabalho e entregue ao Ministro da Educação em 20 de setembro de 1972, cujo relator é o mesmo Valnir Chagas” (HADDAD, 2000, p. 117). O Ensino Supletivo considerado no Parecer 699, foi o maior desafio proposto aos

educadores brasileiros e visou se fundamentar em uma nova concepção de escola.

Por outra via, “o Ensino Supletivo, por sua flexibilidade, seria a nova oportunidade dos que perderam a possibilidade de escolarização em outras épocas, ao mesmo tempo em que seria a chance de atualização para os que gostariam de acompanhar o movimento de modernização da nova sociedade que se implantava dentro da lógica de ‘Brasil Grande’ da era Médici” (HADDAD, 2000, p. 114).

A Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade de ensino que compreende as etapas dos ensinos fundamental e médio que recebe os jovens e adultos que não completaram os anos da Educação Básica na idade instituída para a certificação em 15 anos (Ensino Fundamental) e 18 anos (Ensino Médio).

No Brasil, a Educação de Jovens e Adultos, solidificou-se a partir das ideias de Paulo Freire e tem grande referencial no movimento de educação popular.

A Educação de Jovens e Adultos é regulamentada pelo Artigo 37 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996) e teve suas Diretrizes Curriculares Nacionais regulamentadas em 2000 com a aprovação do Parecer CNE/CEB nº 11/2000 (Brasil, 2000).

A falta de oportunidades em outras modalidades para dar continuidade aos estudos e a necessidade de voltar a estudar, leva muitos jovens e adultos a buscar na Educação de Jovens e Adultos, a alternativa de retomar e prosseguir com sua escolarização.

Entretanto, o grande número de estudantes com idade entre 15 e 17 anos tem buscado na EJA uma alternativa ou para acelerar sua certificação no Ensino Fundamental, ou tendo sido excluído do sistema de seriação regular e sem outra possibilidade de continuar seus estudos, sem que tenha que desembolsar qualquer recurso para esse fim. Ou seja, trata-se “de fenômeno da crescente juvenilização da EJA” (MELLO, 2008, p. 1).

Enquanto a escola denominada regular busca uma simetria entre série/ciclo e faixa etária, há uma complexidade típica da EJA consubstanciada na pluralidade de formação sociocultural do alunado, decorrente de seus pertencimentos geracionais” (RIBAS, 2009, p. 124). Neste contexto, na EJA ocorrem relações intrageracionais (interações entre uma mesma geração) e relações intergeracionais (interações entre gerações diferentes), na qual o tencionamento geracional se dá na variedade de experiências adquiridas pelos sujeitos “jovens”, “adultos” e “idosos” que compartilham um mesmo espaço escolar.

A partir daí, entendemos que “a problemática geracional tendo como foco a trama intergeracional baseia-se no entendimento de que a equidade e os sentidos das situações de interações estabelecidas entre pessoas de distintas idades só podem ser compreendidos caso seja considerada a questão relacional. Isso porque construir relações intergeracionais é vital, pois é no embate com o outro que as identidades se constroem e dinamizam. É nos modos de convivência, na relação estabelecida com o (s) outro (s) que a existência humana se realiza; como afirma OLIVEIRA (1999, p. 1) ‘a constituição de uma pessoa como sujeito social se dá [...] ao mesmo tempo em que o outro se constitui’. Ademais, como diz BOURDIEU (1938, p. 114) de modo lapidar: ‘somos sempre o jovem ou o velho de alguém’” (RIBAS, 2009, p. 125).

Então, a convivência entre distintas gerações num mesmo contexto escolar é necessária e reforça a troca de experiências entre os sujeitos. Porém, observar, identificar e intervir nos conflitos intergeracionais é tarefa que muitos estudiosos já se dedicaram para a sua solução, mas, ainda assim, as diversas particularidades de situações, pessoas, ambientes escolares, regiões diferentes e outras tantas variáveis, nos impõe cada vez mais, aprofundar na pesquisa de um tema extremamente complexo.

De acordo com SILVA (2009) os conflitos intergeracionais se acentuam na Educação de Jovens e Adultos, na segunda metade da década de 1990, devido ao fenômeno da juvenização da Educação de Jovens e Adultos. Entretanto, no entendimento de SILVA (2009), parafraseando BOURDIEU

(1983, p. 113) as categorias, idoso e jovem, são construídas socialmente em processos de alteridade, se é velho ou jovem em relação a alguém, não se trata de categorias naturais, no sentido biológico. A idade é um dado biológico socialmente manipulado e manipulável e que o fato de falar dos jovens como se fosse uma unidade social, um grupo constituído, dotado de interesses comuns, e relacionar estes interesses a uma idade definida biologicamente já constitui uma manipulação evidente.

Isso porque há diferenças marcantes entre os jovens que trabalham e os adolescentes da mesma idade biológica que são estudantes: temos de um lado as coerções do universo econômico real, na vida do jovem operário; do outro, as facilidades de um estudante burguês (SILVA, 2009 p. 2).

Nesta perspectiva, é importante que identifiquemos essas particularidades ao aplicarmos o Projeto de Intervenção Local (PIL) já que estudantes de uma mesma geração, vivenciam situações adversas.

Para SILVA (2009) a Educação de Jovens e Adultos, espaço de relações intergeracionais, de diálogo entre saberes, de compreensão e de reconhecimento da experiência e da sabedoria, tensionadas pelas culturas de jovens, adultos e idosos tem, muitas vezes, essas relações tratadas como problemas.

É no sucesso das relações intergeracionais saudáveis que residem a esperança de superar essa sociedade desumanizada que concebe o envelhecimento somente enquanto perda, doença e limitação sem atentar para o fato de que cada fase da vida possui suas perdas e ganhos, como afirma SILVA (2009).

Na perspectiva do conflito geracional em sala de aula e sob a análise de um contexto conjuntural da informatização na sociedade brasileira, penso que a utilização do Laboratório de Informática, poderá contribuir sócio-pedagogicamente para reduzir esses conflitos, já que temos como proposta para o projeto em questão, a união e o manuseio da máquina tecnológica (computador), no laboratório, ou seja, dois estudantes da mesma turma e de gerações diferentes atuando no mesmo computador, trocando experiências e

interagindo conteúdos pertinentes à disciplina Geografia que é a minha área de atuação.

O Laboratório de Informática, além de ser um espaço diferente da sala de aula, tem a possibilidade de causar maior interesse àqueles estudantes mais jovens e também despertar neles, o ato colaborativo de contribuir para a aprendizagem e o domínio no computador pelos que possuem mais idades.

Trata-se de uma proposta inicial e pautada em pressupostos empíricos, uma vez que, o objetivo principal é envolver, fundamentalmente, a geração mais jovem para maior dedicação ao estudo e possibilitar aos com mais idades, o acesso de forma pedagógica a ambos e às tecnologias ao último.

5- Objetivos:

5.1- Objetivo Geral:

Contribuir para a superação dos conflitos geracionais que ocorrem na EJA através da utilização do laboratório de informática

5.2- Objetivos específicos:

- superar os conflitos entre as gerações a partir da utilização do laboratório de informática;
- utilizar o laboratório de informática para o trabalho com dados disponíveis na internet como o IBGE, IBAMA, INCRA, PETROBRÁS, INPE, MEC
- promover ações pedagógicas que contribuam com o processo de aprendizagem dos educandos (tanto pela melhoria do ambiente pedagógico através da superação dos conflitos, quanto pela utilização da
- ferramenta do laboratório de informática);
- acolher e potencializar os diferentes conhecimentos que cada uma das gerações possui e traz para a EJA;

6- Atividades/responsabilidades:

- Reunir com a Equipe Gestora para diálogo sobre a aplicação do Projeto de Intervenção Local;
- Dialogar com o grupo docente da escola e expor os objetivos do Projeto, pontuando:
 - ✓ A necessidade de inserção do Projeto de Intervenção Local no Projeto Político Pedagógico da escola;
 - ✓ Traçar estratégias junto à equipe gestora para a organização do quadro de horários, visando incluir as práticas do Projeto de Intervenção no laboratório de informática;
 - ✓ Apresentar o Projeto de Intervenção Local ao professor de Geografia, solicitando sua efetiva participação no Projeto;
 - ✓ Dialogar com o professor do laboratório de informática, que na prática da aplicação do Projeto é necessário que estudantes de faixas etárias diferentes ocupem em conjunto o mesmo computador;
- Equipe gestora: responsável por autorizar a efetivação do Projeto de Intervenção Local na escola e debater sobre sua inserção no Projeto Político Pedagógico.
- Equipe docente: dialogar com os estudantes da necessidade de participar do Projeto frequentando o laboratório de informática.
- Professor do laboratório de informática: ajudar no Projeto, distribuindo os estudantes com diferentes faixas etárias numa mesma máquina.

7- Cronograma:

Segundo semestre de 2014:

De 16/07/2014 à 28/11/2014 aplicação do Projeto de Intervenção Local;

8- Parceiros:

Centro de Ensino Fundamental 206 do Recanto das Emas:

- Equipe gestora (Diretora, Vice-Diretora, Supervisora Pedagógica e coordenadora do Noturno);
- Equipe de professores do noturno;
- Professor de Geografia;
- Professor do laboratório de informática;
- Estudantes (jovens e adultos) matriculados na EJA no CEF 206 do Recanto das Emas no turno noturno;

9 - Orçamento:

Não há nenhum gasto adicional o CEF 206 já possui a estrutura e material necessários para a aplicação desta proposta;

10- Acompanhamento e avaliação:

O acompanhamento direto será feito pelo professor de Geografia em conjunto com o professor do laboratório de informática da escola, supervisionado pela coordenadora e Supervisora Pedagógica.

Periodicamente (período de dois meses, entre 16/07 à 17/09) reuniremos com o docente de Geografia, o professor do laboratório de informática, a coordenadora e a Supervisora Pedagógica com objetivo de colher informações pertinentes a aplicação do Projeto e elaborar um Relatório a respeito da observação dos agentes envolvidos no Projeto de Intervenção Local.

Num segundo momento, reuniremos com os estudantes inseridos no Projeto, para colher informações empíricas a respeito dos impactos positivos e negativos e como eles concebem e avaliam a experiência da prática do Projeto no laboratório de informática, compartilhando o mesmo computador com um colega de faixa etária diferente. Esses depoimentos serão catalogados e contribuirão para o conjunto do Relatório.

Esse Relatório, uma vez, analisado, metodicamente, servirá para comprovar ou não a hipótese, da prática da utilização do laboratório de informática, para a redução dos conflitos intergeracionais.

Lembremos que o referido Projeto de Intervenção Local, foi pautado a partir de elucubrações empíricas permeadas por deduções sobre minha prática docente em sala de aula.

Por outro lado, o conflito geracional na EJA, é um fenômeno recente o que, por assim dizer, nos traz algumas dificuldades de compreensão e conclusão, já que a abordagem do assunto é vasta, mas, os resultados de aplicação de projetos referentes ao tema, são ainda tímidos.

Referências bibliográficas

- ABREU, Maria rosa. Inclusão digital para a Cidadania ativa. In: LABORDE, E E. CAVALCANTI, J. V (org). **Em torno à Integração**, Brasília-DF: UnB, 2008
- FREITAG, Bárbara – **Estado, escola e sociedade**, SP, 4a Ed. 1986
- GADOTTI, Moacir; LOPES, Lilian. **Educação e Mudança Paulo Freire** Prefácio de Moacir Gadotti e tradução Moacir Gadotti e Lilian Lopes Martins, Alfabetização de Jovens no Brasil: lições da prática- Brasília, 2008.
- HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. **Escolarização de Jovens e Adultos**. Revista Brasileira de Educação, nº 14, maio-ago 2000, p. 108-130.
- MELLO, Marco. Culturas e Identidades Juvenis: **Na EJA, De Quem é Mesmo o Bagulho?** Porto Alegre: IPPOA; ATEMPA, 2008.
- RIBAS, Maria Guiomar Carvalho. **Práticas Musicais na Educação de Jovens e Adultos: uma abordagem geracional**. Revista da ABEM, Porto Alegre, V. 21, 124-134, mar. 2009.
- SILVA, Rouseane. **Diversidade e Relações Intergeracionais – O Não Lugar da Pessoa Idosa na EJA**. ARTIGO (Dossiê Temático), UFRN, 20/08/2009
- Projeto Político Pedagógico - CEF 206
- “Estudar, Crescer, Fazer e Ser Feliz”** - Brasília- DF 2013